

# ANISTIAR GOLPISTAS É VERGONHOSO



Arte Focus Brasil

A anistia aos envolvidos no 8/1 não é prioridade para o Brasil. O governo Lula segue firme em sua posição contra a proposta, com foco no desenvolvimento social, emprego e saúde para a população, sem comprometer o fortalecimento da democracia.

focus  
BRASIL

Entrevista:  
Antônia  
Pellegrino  
fala sobre a  
retomada da  
TV Brasil

Reajuste de  
medicamentos  
com Lula é o  
menor em  
8 anos e  
fica abaixo  
da inflação

Crédito do  
Trabalhador  
já liberou  
R\$ 2,8 bi  
para 450 mil  
pessoas

“As condições  
ruins dos  
entregadores  
custam caro  
à sociedade”,  
diz liderança



focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Coordenador editorial:** Guto Alves

**Diagramação e Arte:** Nathalie Nascimento

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

#### DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Okamoto

**Vice-presidente:** Brenno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

#### CONSELHO CURADOR

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

#### SETORIAIS

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

#### CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



# Inaceitável

Novos documentos comprovam como setores do poder tentam distorcer o significado da anistia. Tentativa de anistia revela o verdadeiro jogo de poder por trás da revisão da lei, mostrando como a confissão forjada de crimes busca apagar os horrores da ditadura e reescrever a história a serviço dos carrascos.

## CAPA

Anistia: confissão de culpa e desrespeito à democracia

**pág. 04**

## ENTREGADORES

Confira a entrevista sobre o breque com Nicolas Santos, liderança da categoria

**pág. 07**

## BRASIL

Reajuste de medicamentos com Lula é o menor em 8 anos

**pág. 12**

## NOS ARES

Programa do governo facilita viagens para aposentados com passagens a R\$ 200

**pág. 14**

## ENTREVISTA

Antônia Pellegrino: “Fizemos da TV Brasil um canal que exhibe a produção brasileira”

**pág. 15**

## EM UM MÊS

Crédito do Trabalhador já liberou R\$ 2,8 bi para 450 mil pessoas

**pág. 23**

## POLÍTICA

Governo Tarcísio é denunciado à OEA por morte de senegalês

**pág. 24**

## CONSULTA

Plebiscito Popular 2025 é lançado no salão da USP

**pág. 25**

## PT

Arlindo Chinaglia assume a liderança da Maioria na Câmara dos Deputados

**pág. 26**



# Anistia: confissão de culpa e desrespeito à democracia

O governo Lula mantém sua posição firme contra a proposta de anistia, destacando que sua prioridade é o fortalecimento da democracia, o desenvolvimento social e econômico, e as necessidades urgentes da população brasileira

Redação Focus Brasil

**A** discussão sobre a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 segue gerando intensas repercussões no Congresso Nacional e em diversos setores da sociedade. A proposta, que foi rapidamente impulsionada por alguns deputados da base aliada e da oposição, tem enfrentado resistência tanto dentro do

governo quanto fora dele. O que está em jogo não é apenas uma questão jurídica, mas um verdadeiro teste para a democracia brasileira.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem se posicionado de forma firme contra qualquer avanço da proposta de anistia, reafirmando que sua aprovação seria uma “confissão de culpa” e um desrespeito à ordem democrática. Para o Planalto, a anistia não é uma pauta do Brasil, nem agora, nem nunca. O governo tem se dedica-

do a garantir que os responsáveis pelos atentados ao Estado Democrático de Direito sejam responsabilizados por seus atos, em defesa da integridade das instituições e da justiça.

A ideia de que a anistia possa ser aprovada com urgência dentro do Congresso é vista com grande preocupação no governo. A proposta, que já recebeu o apoio de uma parte significativa de deputados da base, comprometeria a imagem da democracia brasileira e enviaria uma mensagem de



**HUGO MOTTA** - “Democracia é discutir com o Colégio de Líderes as pautas que devem avançar. Em uma democracia, ninguém tem o direito de decidir nada sozinho”



**MANOBRA** - Líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante, protocolou o requerimento de urgência para o projeto que prevê a anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

impunidade. Se a medida for de fato aprovada, isso representaria um retrocesso na preservação da ordem constitucional e um erro histórico.

### **Posição firme do governo**

O governo Lula, ao contrário de alguns setores da base aliada, tem se mantido firme na defesa de que as verdadeiras prioridades para o Brasil estão em outra direção. “Anistia não é pauta do Brasil”, afirmou o presidente Lula, destacando que o foco da administração é no desenvolvimento social e econômico, na criação de empregos, na garantia de comida na mesa, no acesso à saúde e ao bem-estar social. Essas são as demandas mais urgentes para a população brasileira, e é para elas que o governo tem concentrado esforços.

Embora a base de apoio no Congresso seja ampla e reúna partidos com diferentes ideologias, o governo tem se empenhado em manter a coesão da coalizão, respeitando a diversidade dentro da base, mas sempre com a visão clara de que o Brasil não pode perder tempo com propostas como a anistia. A gestão de Lula tem buscado um diálogo constante com os parlamentares, destacando que o projeto do governo é focado no futuro do Brasil, nas reformas necessárias e nas políticas públicas que realmente fazem a diferença na vida dos brasileiros.

A base de apoio no Congresso, composta por partidos como o União Brasil, PP, Republicanos, PSD e MDB, tem se mostrado aberta ao diálogo, e é esse alinhamento que permite ao governo avançar nas suas propostas, como as reformas estruturais e o fortalecimento da democracia. O governo tem sido claro em suas posições e, apesar das pressões internas e externas, mantém um compromisso firme com a agenda

que foi apresentada ao eleitorado.

## As pressões da oposição

Enquanto o Planalto segue com sua posição firme, a oposição, composta principalmente por deputados do PL e outros partidos de extrema direita, intensifica as articulações para garantir a votação da anistia. No entanto, o governo Lula tem se posicionado de forma clara e incisiva, destacando que a aprovação da anistia não é uma prioridade do país e não faz parte da agenda do governo. A oposição, embora busque ampliar o apoio à medida, esbarra na resistência crescente dentro da Câmara e no entendimento de que uma medida como essa não contribui para o fortalecimento da democracia brasileira.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), tem sido cauteloso quanto à tramitação da proposta. Desde o início de sua gestão, Motta se comprometeu a evitar a “farra de projetos” sem a devida análise das comissões, o que tem sido um ponto de contenção para a oposição. O posicionamento de Motta, que tem alinhado as pautas de votação com os líderes de partidos, tem garantido que apenas projetos consensuais e realmente necessários sejam encaminhados ao plenário, evitando qualquer tipo de manobra que prejudique o funcionamento das instituições.

## A estabilidade da base de coalizão

A base de coalizão do governo Lula, que inclui partidos com visões diversas, tem se mostrado um ponto de estabilidade e confiança para o governo. Embora haja um espectro de posições dentro da base, o compromisso comum é com a agenda de desenvolvimento social e econômico do Brasil. O governo tem se dedicado a manter a coesão da coalizão,



**POVO NA RUA** - Movimentos sociais e sindicais realizam ato contra a anistia em São Paulo, no último mês

reforçando a importância de se concentrar nas reais necessidades do país, como a geração de empregos, a melhoria dos serviços públicos e o fortalecimento das instituições democráticas.

A política do governo Lula tem sido focada em garantir que as reformas essenciais para o progresso do Brasil avancem, sempre com a compreensão de que as prioridades do povo brasileiro não estão na anistia, mas sim no fortalecimento da democracia e na busca por soluções concretas para o desenvolvimento. O apoio de sua base de coalizão tem sido crucial para garantir a viabilidade de um projeto que visa transfor-

mar o Brasil, com políticas públicas voltadas para o bem-estar social e para a estabilidade econômica.

A base de apoio tem cumprido um papel decisivo na aprovação de propostas fundamentais, como a reforma tributária e a PEC da segurança pública, e continua sendo uma alavanca importante para o sucesso do governo. Em meio a desafios e tensões naturais de uma coalizão ampla e diversa, o governo Lula segue com a convicção de que está no caminho certo para garantir que o Brasil avance, com uma base sólida e comprometida com as necessidades do povo.



## **“O custo das condições ruins para os entregadores é alto para toda sociedade”, diz liderança do movimento**

Com novo breque aprovado, entregadores por aplicativo mantém reivindicação de aumento na tarifa e participam de atos do 1 de maio; confira a entrevista com Nicolas Santos, que integra o Comando Nacional da paralisação

**E**m plenária virtual, na última quarta-feira (9), com a participação de mais de 200 trabalhadores, o Comando Nacional do Breque dos Entregadores deliberou a construção de uma nova paralisação, ainda sem data definida. Segundo o movimento, a pauta será a mesma da última mobilização, realizada no início do mês: reivindicar que as plataformas paguem tarifas mais justas pelas entregas (uma taxa mínima de R\$10 por corrida).

Na avaliação de Nicolas Souza Santos, uma das lideranças dos motoboys, o breque dos dias 30 de março e 1 de abril foi considerado vitorioso, pois houve um aumento na adesão nacional, além de maior impacto perante a opinião pública, com mais destaque na mídia e nas redes sociais. “Entendemos que não se trata de atacar o lucro, mas sim a imagem da plataforma”, afirma.

Integrante da ANEA, Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos, o motoboy explica que o movimento acumulou muitos aprendizados na organização da paralisação e que, aos poucos, a indignação está se transformando em pautas mais concretas. Segundo Nicolas Santos, a ideia não é dialogar com a sociedade em uma perspectiva de “coitadismo”, mas sim de alertar sobre os riscos que os trabalhadores sofrem nas ruas e que o aumento com os gastos com esses profissionais no Sistema Único de Saúde impactam todos os brasileiros.

Além disso, o movimento anunciou que vai se somar a diversos atos organizados por sindicatos no 1º de maio, Dia do Trabalhador. Em nota, o Comando afirma: “o objetivo é reafirmar que os entregadores por aplica-

tivo são trabalhadores, sujeitos a jornadas exaustivas, ausência de direitos trabalhistas, insegurança e desvalorização”.

#### **Confira a entrevista:**

**- Qual foi a avaliação do movimento sobre o último Breque dos Apps? Como foi a construção junto à categoria?**

-Eu sou de uma associação aqui em Juiz de Fora, e também faço parte de um coletivo chama-

**“Se o entregador parar, a cidade para. Mas nossa voz ainda não é ouvida”**

do Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativo, que tem lideranças locais de diversos lugares. E enquanto isso somos trabalhadores, temos a vivência da pista, sabemos do que a categoria realmente reclama, vamos levantando os problemas no bate-papo. A pauta do último breque foi muito justa e isso fez com que as pessoas aderissem e foi uma coisa muito louca porque superou as nossas expectativas. Tem cidade que parou que eu não faço ideia da onde fica. E isso foi muito por

conta do acerto da pauta. Então a gente vem fazendo essa discussão dentro da Aliança desde o final de dezembro, de que existia essa insatisfação das ruas e a gente começou a trocar essa ideia com pessoas de fora da Aliança, outras lideranças da categoria, era urgente que a gente conversasse e construísse conjuntamente a pauta. Isso formou uma frente chamada Comando Nacional do Breque. E o Comando Nacional do Breque, desde que se organizou em torno de fazer essa mobilização, se reuniu, definiu a data e a pauta.

Isso também foi uma coisa interessante, uma mudança com relação aos anos anteriores, que foi essa posição das lideranças de fazer a construção mesmo, a organização toda, arregaçar as mangas e trabalhar. E, é claro que com os breques anteriores a gente veio amadurecendo, construindo pontes, podendo conversar com outros movimentos, conversamos com a mídia, tivemos esses contatos bem estabelecidos. Então, tudo isso acabou contribuindo para realmente ser o maior breque que a gente já fez, em matéria de alcance, né? Embora a mídia tenha dito 18 capitais, na verdade foram todas, foi noticiado em torno de 59 cidades, mas, na verdade, nem a gente sabe quantas foram, a gente estima que foi uma centena, muitas cidades do interior aderiram e ficamos sabendo depois. E nós entendemos que esse crescimento foi pela justeza da pauta, ela é inconfundível. Não tem um motoboy que vai virar e falar: ‘não, não quero’. E, na nossa avaliação, foi um acerto tático a gente ter mudado a data para segunda e terça, mesmo sendo dias de movimento mais fraco do iFood. Pensamos: ‘beleza, no final de semana o movimento é mais forte, é quando a gente tem que parar para provocar maior impacto financeiro’. Só que hou-

ve um amadurecimento também no sentido de pensar que a gente não tem condição hoje de provocar impacto financeiro porque a disparidade é muito grande. A receita do iFood no ano passado foi de 7 bilhões de reais. A taxa que a gente tá discutindo é de 6,50. A gente trocou ideia sobre isso com as pessoas. Falamos: ‘cara, 6,50, se eu fosse contar moedinhas de 1 real, uma a cada segundo, eu ia gastar seis segundos e meio para poder contar as moedinhas. Para contar 7 bilhões, eu gasto 220 anos. Isso revela a diferença e a contradição. Então, a gente resolveu não atacar o lucro, mas sim atacar pela imagem. Era muito mais interessante a gente aumentar a adesão em um dia mais fraco, do que ter uma adesão mais fraca em um dia de movimento mais forte. E deu certo. Se você acompanha a bolsa de valores, é uma empresa altamente financiada, a imagem da empresa é importante. O movimento acabou tendo uma cobertura gigantesca. Agora, o importante é o que que fazemos depois, já que o iFood, as empresas, elas simplesmente não deram resposta nenhuma, mas isso é outra discussão.

**- Mas, mesmo sem atender à reivindicação, as plataformas acabaram se pronunciando sobre o assunto na mídia, né...**

- Todas as pautas tratam de dinheiro. Todas aquelas pautas estão tratando de dinheiro. É claro que é correlato, isso impacta em segurança, em transparência, em muita coisa, mas é daí que que a discussão tem que começar, né?

Porque a real mesmo é a seguinte, se o trabalho está tá precarizado, ele tá difícil, ele tá desvalorizado, tipo, eu tenho que tomar chuva, eu tenho que tomar sol, tudo isso é verdade, só que tudo isso tem um preço. Se eu estivesse recebendo bem para isso, eu não estaria reclamando. Então,

assim, a remuneração é o assunto central, é o núcleo, é realmente da onde a gente vai poder criar os outros questionamentos. Isso inclusive foi o que ajudou na adesão, porque isso é muito palpável, é muito concreto. A gente tirou o iFood um pouco dessa posição de conforto que ele fica. Mas o fato é que o nosso ato se ancora nesse limbo jurídico no qual os trabalhadores pelo aplicativo vivem. Falar sobre a remuneração acaba puxando mais essa outra discus-

## **“Não queremos só aumento de tarifa, mas direitos trabalhistas e dignidade”**

são que é a questão da representação, de como é que se atende a esse tipo de pauta, né? Uma vez que o iFood pode simplesmente falar: “infelizmente não tem sindicato da categoria, eu não vou conversar com ninguém, não sou obrigado”. Então, hoje ele pode se ancorar nisso, porque ele fica navegando nessa zona cinzenta e a gente está ali nessa zona cinzenta também. Isso quer dizer que a gente tem a necessidade de uma regulamentação? É uma saída, né? A gente pode também ficar

brigando na rua o resto da vida, a gente pode tentar esperar pelo espontaneísmo do mercado, ou seja, tem várias saídas, uma delas é a regulamentação. Agora, como essa regulamentação pode acontecer também é importante, porque o diálogo com a categoria tem que ser muito franco, muito aberto, para se dizer o que se pretende com isso, uma vez que a categoria é extremamente desconfiada, inclusive, eu conheço pouca categoria tão desconfiada, tão arredia quanto o motoboy.

**- Esse é um passo necessário, né? Discutir a regulamentação. E me parece que vocês têm acumulado elementos enquanto movimento. A gente fala da crise do sindicalismo e tudo mais, mas, também tem essa oportunidade surgindo da crise, de novas formas organizativas, né? No Seminário da Fundação Perseu Abramo e do PT, realizado lá em Brasília, você comentou que o diálogo entre a categoria é feito bastante pelo whatsapp, por exemplo. Explica um pouco mais sobre o dia a dia da estrutura organizativa.**

- É, a gente faz reuniões pelo Google Meet, pelo Zoom, mas a verdade é que todo mundo prefere sempre o Google Meet. Temos mecanismos no Telegram, no WhatsApp, ou seja, a gente utiliza o que existe de tecnologia para a gente poder conseguir criar esses espaços que não existem mais com o fim da concentração em fábricas, né? O nosso serviço é disperso, a gente tá cada um num canto, a gente tem que conseguir encontrar quais são as ferramentas que tem para a gente poder abrir esse diálogo com categoria, conversar. Tem também pessoas no YouTube que falam sobre o trabalho. Então, é uma categoria completamente conectada. O ambiente de trabalho é um aplicativo. A gente tem uma certa facilit-



dade, obviamente, com o restante das ferramentas também, reconhecimento facial, banco digital, seja lá o que for. Agora, o lance é como a gente orienta isso para aquilo que a gente precisa. A gente tem, entre as nossas lideranças, pessoas que sabem programar, temos designers. Inclusive, até criamos uma identidade visual para esse último breque. E o interessante é que é mais dinâmico, traz respostas mais rápidas. A gente não tem que, por exemplo, falar assim: 'ah, daqui a duas semanas a gente vai ter uma assembleia e a gente vai ter uma discussão de diretoria', entendeu? E isso acaba trazendo respostas mais rápidas também. Agora, isso não quer dizer ainda que está pronto.

**- Essa é uma diferença com relação ao modelo sindical, que é bastante hierarquizado e, muitas vezes, burocratizado também. Você enxerga essa diferença? Apesar disso, neste ano, vocês vão somar no 1º de maio, como será essa participação?**

- Então, isso vai variar de cidade para cidade. Cada cidade tem suas próprias relações, construções, pontes, enfim, isso vai va-

riar bastante. Em algumas cidades, provavelmente, o ato vai ser puxado isoladamente, em outras vamos nos integrar a atos que já existem. É o exemplo de Juiz de Fora, aqui temos um diálogo bem firmado com o movimento sindical da cidade. Na atual fase de organização das categorias, a gente é muito mais apoiado por eles do que o contrário. Temos exemplos de sindicatos com 100 anos de história, nós temos menos de cinco anos de existência, então, o apoio vem muito mais de lá do que o contrário. Aqui, como eu disse, a gente já se adiantou no sentido de dialogar com o movimento sindical, perguntar se tinha alguma coisa programada, e vai ter, então agora estamos conversando a respeito de como que a gente se integra, quais os símbolos etc. Para nós, é importante garantir a presença dos motoboys na rua no Dia do Trabalhador, que pra gente vai ser muito simbólico e marca uma virada frente à opinião pública, que é o fato da gente se reconhecer como trabalhador. Isso é extremamente importante. E vai desmentir uma série de críticas que estão sendo feitas de forma injusta ao nosso movimen-

to, principalmente pela esquerda.

**- E sobre o diálogo de vocês com a sociedade? O breque teve uma repercussão boa nas redes sociais. Qual a importância nesse contexto?**

- Isso é muito importante. É mais do que importante, é necessário. Se não fosse importante, o iFood não ia patrocinar BBB, carnaval. Ele está tentando vender uma imagem. A gente tem que desmentir isso. É um instrumento clássico da política, é soft power, né? Como é que eu moro na mente das pessoas? E a gente tem que ir lá e tentar morar também. A gente tem que ganhar essas pessoas, tem que contar o que que tá acontecendo. E não é um coitadismo, não é um 'nossa, olha como é que é que eu sofro'. Mas, a sociedade tá precisando do nosso serviço, se acostumou a ele, a pandemia inseriu dentro da sociedade uma nova forma, que é tipo o caminhoneiro urbano, tá ligado? Vai ter muita coisa que não funciona se a gente não trabalhar. Considerando que isso é um serviço que é um luxo, não tô dizendo que é um serviço de alto luxo, mas é um serviço que é um luxo. O fato de

você poder estar de pijama, assistindo sua série e não precisar sair de casa para nada, não fazer mais do que colocar um chinelo para poder receber uma pizza, de boa dentro da sua casa. Alguém fez esse trampo, e isso tem um preço. A gente está colocando dessa forma. Os panfletos que a gente entregou para os clientes nesse último breque diziam justamente isso. Se você tá pagando barato na entrega, você pode ter certeza que isso sai da onde? Sai do SUS, da previdência. E sai muito mais caro. Motoboy parando dentro do hospital acontece o tempo todo, a gente conhece pelo nome e as cirurgias são sempre caras, de reconstrução, de coluna, ossos. A sociedade inteira está pagando isso. A troca de quê? A troca de receber um lanche com entrega grátis no portão de casa? Ou seja, isso é uma economia idiota, uma política burra. Não se produz pessoas para matar elas daqui a pouco, para mutilar. A gente inclusive começou a querer adotar esse tipo de discurso, sem o coitadismo, vamos entrar então na linguagem do capital, o Estado está gastando dinheiro errado com a gente. A gente precisa de valorização porque quando a remuneração é baixa, quando a taxa é de 6,50 e eu tenho que escolher entre pagar a conta de luz ou trocar o pneu, eu vou pagar a conta de luz, claro, e eu vou rodar com o pneu liso, então, eu sou uma potencial vítima amanhã, que vai entrar de novo nessa conta.

**- E sobre o caminho da regulamentação? Como a categoria enxerga?**

- Olha, isso amadureceu bastante. Amadureceu, sensivelmente. E muito por conta do iFood, que não dá respostas. Existe uma coisa no imaginário do brasileiro que é a do 'tem que obrigar, tem que proibir, tem que ter uma lei', automaticamente as pessoas come-

çam a concluir que é necessária uma mediação jurídica. De onde isso vai vir, a gente vai descobrir, né? Há a possibilidade de acionar órgãos judiciais, a possibilidade da gente tentar retomar um diálogo com o governo, porque a gente participou da regulamentação em 2023. Então, pode ser que a gente retome agora com mais elementos, com mais acúmulo. Inclusive, por parte do governo, porque o fracasso não foi nosso, o fracasso na nossa leitura foi do governo.

## **“O entregador trabalha 12h/dia e não paga as contas. Retrato da precarização”**

Isso tem sido discutido pelo Comando, sobre como é que a gente pode fazer, se a gente constrói um texto, se a gente leva, se a gente inicia um diálogo para saber medir até onde que cada parte pode chegar. Enfim, tudo isso são coisas que agora a própria vivência política mesmo que vai trazer, e a gente vai fazer a avaliação. O ponto é que a gente precisa iniciar isso o quanto antes, porque a categoria tem pressa. E ao mesmo tempo é um assunto que não pode ser feito a toque de caixa. Eu

acredito que o governo tenha total interesse nisso porque agora em junho tem a Conferência Internacional do Trabalho na OIT, né? Um dos temas que provavelmente serão tratados, inclusive como recomendação, é o trabalho por aplicativo e o governo tem que ter alguma coisa para mostrar.

**- Com essas novas formas de trabalho, por aplicativo, há uma comparação imediata com trabalhos realizados via CLT. Qual a sua opinião sobre a forma com que a categoria encara as plataformas? O iFood é identificado como um patrão?**

- Isso tem mudado, mas o que a gente percebe de forma geral é uma indignação mesmo, questionamentos com relação a essa autonomia ser verdadeira. Essa relação de dependência está muito estabelecida, não é tão simples. As pessoas vêm me procurar quando são bloqueadas de forma arbitrária. É uma ferramenta, o pedido pode ser atendido ou não. Isso é pior do que CLT. Só o ganho pode ser maior, mas o trabalho em si é pior. Isso todo mundo sabe. Aqui em Juiz de Fora, por exemplo, tem um trabalho aqui que ele é disputado, que é o de motoboy celetista, existe um valor mais ou menos que se chega para equilibrar com os direitos como férias, 13º salário e outros benefícios. As pessoas repudiam a CLT por ser salário mínimo, porque salário mínimo não dá pra pagar as contas. A pessoa se reconhece em uma situação de dominação. Além disso, nenhuma crítica à CLT é mentirosa. O assédio moral do patrão é verdade, a escala 6 por 1 é verdade, o salário mínimo baixo é verdade, o alto imposto sobre consumo é verdade. Então, as pessoas reconhecem a relação de dominação, mas se você chegar com a conversa de CLT, ela fala: “Não, não quero não”. Tá ligado? Justamente porque todas as críticas são verdadeiras. ■



Agência Brasil

# Reajuste de medicamentos com Lula é o menor em 8 anos e fica abaixo da inflação

Com teto nos preços e remédios gratuitos, governo amplia acesso e alivia gastos das famílias com saúde

Henrique Nunes

**O**s avanços promovidos pelo governo Lula, em apenas dois anos, abrangem todas as áreas — da reformulação do Bolsa Família à queda no número de pessoas desempregadas. Na Saúde, a história não é diferente, e a conquista da vez é o reajuste no valor dos medicamentos, que será o menor em oito anos.

O aumento será de apenas 3,83%, em média — índice que não ocorria desde 2018 — e fica abaixo da inflação acumulada no período, de 5,06%. O percentual

foi divulgado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) na segunda-feira (31/3).

É importante lembrar que a medida não tem impacto automático no valor dos medicamentos para o consumidor. Com a publicação da resolução, cada fornecedor será responsável por fixar seus preços, respeitando os limites legais e suas estratégias diante da concorrência.

Para os medicamentos do nível 1, por exemplo, que possuem maior concorrência no mercado, os dados de 2024 mostram uma média geral de quase 60% de desconto pelos laboratórios fabricantes. Esse desconto pode ou não

ser repassado aos consumidores pelas farmácias e drogarias. Em termos numéricos, esse nível corresponde a 40% das apresentações de medicamentos.

## Teto de preços

Para os consumidores, a definição de um teto para o preço dos medicamentos busca garantir o acesso, já que impede aumentos excessivos e protege o poder aquisitivo da população. Já para o setor farmacêutico, o mecanismo permite compensar impactos de custos, o que é essencial para a continuidade do fornecimento de medicamentos.

Pela legislação brasileira, a CMED deve publicar anualmen-

te uma resolução com o índice máximo de reajuste no preço de medicamentos. A medida visa proteger os consumidores de aumentos abusivos e, ao mesmo tempo, compensar eventuais perdas do setor farmacêutico para manter o fornecimento no país.

Para a definição dos novos valores, o conselho de ministros da CMED leva em consideração fatores como a inflação dos últimos 12 meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a produtividade das indústrias de medicamentos e os custos não captados pela inflação, como o câmbio, a tarifa de energia elétrica e a concorrência de mercado.

### **Governo anterior**

Durante a gestão de Jair Bolsonaro, os aumentos eram bem mais robustos e não tinham a preocupação de atender aos anseios do povo.

Para se ter ideia, em 2022 o

então presidente autorizou o reajuste de até 10,9% nos preços dos medicamentos — o maior em uma década.

Um ano antes, o agora réu Jair Bolsonaro já havia autorizado aumento bem maior do que os ocorridos na gestão de Lula.

### **Farmácia Popular**

Recentemente, o governo anunciou a total gratuidade do Farmácia Popular, com todos os 41 itens do programa — entre fármacos, fraldas e absorventes — sendo distribuídos de graça nas farmácias credenciadas.

Com a ampliação, fraldas geriátricas, por exemplo, passam a ser fornecidas gratuitamente para o público elegível, como pessoas com 60 anos ou mais e indivíduos com mobilidade reduzida, incluindo pacientes acamados ou cadeirantes. A dapagliflozina, medicamento utilizado no tratamento do diabetes associado à doença cardiovascular, também passou a

ser ofertada pelo programa sem custos.

Neste ano, todos os 41 itens oferecidos pelo Farmácia Popular à população brasileira passaram a ser distribuídos gratuitamente. “Todos os remédios que a Farmácia Popular entrega para pessoas que têm uso continuado — aqueles que a pessoa precisa ter, como remédio para pressão, para diabetes, que tem de tomar obrigatoriamente — serão distribuídos gratuitamente para todo o povo brasileiro”, afirmou o presidente.

Segundo estimativa do Ministério da Saúde, a medida vai beneficiar diretamente mais de 1 milhão de pessoas por ano, principalmente idosos, que antes pagavam coparticipação em alguns insumos. O anúncio se estende a toda a população brasileira.

A Farmácia Popular do Brasil (PFPPB) é um programa da Política Nacional de Assistência Farmacêutica do Governo Federal Brasileiro, criado em 13 de abril de 2004 pela Lei nº 10.858, durante o primeiro governo Lula. ■

## **Como é calculado o reajuste dos medicamentos no Brasil**

*A fórmula que define o preço máximo dos remédios leva em conta inflação, produtividade e custos do setor*

### **► Inflação (IPCA)**

*Peso principal da conta.*

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o ponto de partida, pois reflete a variação média dos preços no país.

### **► Concorrência no mercado**

*Quanto maior a concorrência, menor o teto de preço.*

Medicamentos com grande oferta no mercado têm teto de reajuste mais baixo para proteger o consumidor.

### **► Custos não captados pela inflação**

*Custos específicos que não aparecem no IPCA.*

Como variação cambial (impacto na importação de insumos), tarifa de energia elétrica e outros fatores que afetam a cadeia produtiva.

### **► Produtividade da indústria farmacêutica**

*Quanto mais eficiente, menor o reajuste.*

A CMED avalia a produtividade do setor — se as empresas estão produzindo mais com menos custo.

A CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) publica todo ano uma resolução com o percentual máximo de reajuste permitido, garantindo equilíbrio entre acesso da população e viabilidade para o setor.



# Voa Brasil: programa do governo facilita viagens para aposentados com passagens a R\$ 200

Programa oferece passagens com preços reduzidos e beneficia mais de 35 mil aposentados desde seu lançamento

Fernanda Otero

O programa Voa Brasil, do governo federal, lançado em julho de 2024, permite que aposentados do INSS realizem viagens nacionais por apenas R\$ 200 por trecho, com limite de dois bilhetes por ano. Segundo o Ministério dos Portos e Aeroportos, já foram emitidas mais de 35 mil passagens desde o lançamento. A oferta é válida para aposentados que não tenham viajado de avião nos 12 meses anteriores.

No lançamento, o ministério destacou a meta de oferecer cerca de três milhões de passagens para um público estimado em 23,3 milhões de aposentados. A segunda fase do programa será voltada para outros grupos, como uma parcela dos estudantes brasileiros, e será anunciada em breve.

No momento da reserva, o passageiro pode escolher data, origem e destino, conforme a disponibilidade. Tratado pelo governo como um “programa de inclusão social na aviação civil brasileira”, o Voa Brasil não utiliza recursos públicos. As próprias companhias aéreas oferecem os bilhetes, por

até R\$ 200, em voos com assentos ociosos.

Para adquirir as passagens, os aposentados devem acessar o site oficial e ter uma conta nível ouro ou prata no portal gov.br, garantindo a autenticação dos dados pessoais.

São Paulo é o destino mais procurado pelos beneficiários do programa, com 10.261 bilhetes reservados — quase 30% do total. Em seguida aparecem Rio de Janeiro (3.050), Recife (2.745), Fortaleza (2.453) e Brasília (2.268). Entre os 20 destinos mais buscados, apenas três não são capitais: Campinas (SP), Juazeiro do Norte (CE) e Porto Seguro (BA). ■

# “Fizemos da TV Brasil um canal que exhibe a produção audiovisual brasileira”

Da terra arrasada ao 5º lugar em audiência: a reconstrução da TV Brasil sob o comando da documentarista que colocou “pessoas na zona de brilho” e disputa a atenção do público com novelas turcas e futebol feminino

**Fernanda Otero e Guto Alves**

Quando Antonia Pellegrino assumiu a direção da TV Brasil em 2023, encontrou uma emissora em frangalhos. Estúdios improvisados, equipamentos defasados e até câmeras amarradas com arame compunham o cenário de abandono. A situação era tão crítica que a TV pública havia sido fundida com a TV governamental no período anterior, interrompendo programações infantis para transmitir lives presidenciais. “Era uma terra arrasada”, define Pellegrino. Mas, em pouco mais de um ano, a jornalista e documentarista não apenas reorganizou a casa como transformou a TV Brasil no quinto canal mais assistido do país – feito inédito para uma emissora pública com pro-

gramação cultural e jornalística.

A virada começou com medidas duras: a separação imediata entre comunicação pública e governamental, criando canais distintos. Depois, veio a reconstrução da identidade da emissora, que, nos anos anteriores, havia sido instrumentalizada para veicular o que Pellegrino chama de “imaginário retro-utópico bolsenarista”. “Tínhamos que atualizar esse imaginário sem perder o público existente”, explica. A estratégia se baseou em três pilares: valorização da produção independente brasileira, investimento em conteúdo próprio e busca por resultados de audiência.

O trabalho de articulação política foi essencial. Pellegrino recuperou R\$70 milhões em obras públicas censuradas na gestão

anterior e captou R\$284 milhões em conteúdo por meio de parcerias com o Ministério da Cultura, secretarias estaduais e a Lei Paulo Gustavo. Na programação, a aposta foi em nomes como a escritora Eliana Alves Cruz (único programa de literatura da TV aberta), a sambista Teresa Cristina e a chef Regina Tchelly, além de reformular clássicos como o Sem Censura, agora apresentado por Cissa Guimarães em formato que viraliza nas redes.

O edital de R\$ 110 milhões para produção audiovisual – o primeiro em oito anos – coroa esse esforço. Com cotas regionais e linhas temáticas que refletem a grade da emissora (30% dos recursos são para conteúdo infantil, área em que a TV Brasil é a única com seis horas diárias na TV aberta), o pro-



jeto já recebeu inscrições “avasadoras”, segundo Pellegrino. A diretora também trava batalhas paralelas: reorganizar o acervo histórico (incluindo a digitalização do centenário acervo da Rádio MEC) e buscar regulamentação para streamings – “uma questão de soberania nacional”, defende.

A equipe é parte fundamental dessa transformação. “Colocamos as pessoas na zona de brilho”, diz Pellegrino, citando a cineasta Maria Augusta Ramos (gerente executiva de conteúdo) e a diretora de jornalismo Cidinha Matos como peças-chave. Mesmo com câmeras ainda precárias e orçamento limitado, a TV Brasil hoje disputa audiência com novelas turcas (outra aposta inovadora) e transmite futebol feminino com uma ousadia rara: além dos jogos, comissiona documentários sobre

as atletas.

“O presidente Lula pede colheita para este ano, mas a nossa começou há um ano”, orgulha-se Pellegrino. Os números comprovam: a emissora que era interrompida para transmissões governamentais hoje é referência em jornalismo investigativo, cultura popular e conteúdo infantil – prova de que comunicação pública de qualidade não é utopia, mas fruto de gestão competente e visão clara. O desafio agora é consolidar esse novo patamar, mostrando que a reconstrução foi apenas o primeiro capítulo.

Leia a entrevista:

**- Sobre o Edital Seleção TV Brasil, que está aberto até o dia 5 de maio, muitas dúvidas surgiram ao longo do processo. Você**

**chegou a gravar um vídeo para responder e explicar. Pode apresentar aos nossos leitores também os detalhes deste chamado, expectativa de quantas produções serão realizadas e em quais canais elas serão exibidas?**

- Primeiro, obrigada, pelo convite para falar com a [Fundação] Perseu Abramo, tenho muita admiração pelo trabalho que é feito lá. Esse é um edital importante, porque ele retoma uma política pública que não acontecia há oito anos. Houve três edições do Prodav (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro) de TV Pública e havia oito anos que essa política pública não rodava. Então, é importante fazer essa marcação, porque, quando falamos que o Brasil voltou, estamos falando desse tipo de política que foi retomada, que

havia sido interrompida. E não só foi retomada como chega, nesse momento, com um valor recorde de investimento, de R\$ 110 milhões, bem acima do que foi praticado nas outras edições. Essa é uma política na qual fizemos algumas adaptações, à luz dos resultados dos editais que rodaram anteriormente, das informações de audiência, do design que nós temos, é importante dizer isso. Todas as TVs do mundo, os streamings estão trabalhando com o design de audiência muito mais afiado, e a EBC também, a TV Brasil também. Então, essas são informações de gestão, que não são publicamente compartilhadas. Basicamente, o que se fala sobre isso é um número macro, muito expressivo, de que a TV Brasil é, hoje, o canal aberto que está em quinto lugar da audiência. Então, é o quinto canal mais assistido do país, isso é muito relevante, porque é uma programação cultural, que visa fomentar o senso crítico no cidadão. O que buscamos com o edital é algo entre 35 e 45 obras que estejam alinhadas ao que é a nossa programação, portanto, decalcado do que é a programação da TV Brasil, obras que estejam alinhadas com o que é a missão da EBC, que é justamente o fomento ao senso crítico dos cidadãos. As linhas do edital foram pensadas a partir da programação da TV Brasil e do que a nossa audiência busca na TV Brasil. Então, você vai ver lá, são sete linhas no edital. Duas linhas são voltadas para os conteúdos infantil ou infanto-juvenil. Por quê? Porque a Antônia gosta? Não, não é porque a Antônia gosta, é porque a grade da TV Brasil tem seis horas de programação diária voltadas para as nossas crianças. Então, somos a única TV aberta que transmite conteúdo para essa faixa. Temos esse compromisso com a infância e com a pré-adolescência, por isso, estão ali duas linhas com R\$

30 milhões de reais. É o maior desembolso do edital voltado para as nossas crianças. A natureza, por exemplo, é um carro-chefe da TV Brasil, então, tem uma linha voltada para a natureza. Os conteúdos de sociedade e cultura, filmes, enfim. A única linha onde fizemos um fomento é a linha de futebol feminino, estamos buscando documentários e ficções sobre futebol feminino. Porque nós transmitimos os campeonatos de futebol feminino, série A1, A2, A3, sub-20 e sub-17, desde 2024 até 2026, pois entendemos

## **“Produções independentes mostram o que as grandes emissoras ignoram”**

que é papel da TV pública ser mais do que uma transmissora dos jogos, uma parceira da modalidade. Fazemos esse fomento porque é muito escassa a quantidade de obras sobre as histórias das nossas atletas, que são fantásticas. Esse fomento visa, inclusive, a Copa de 2027, quando espero que esses conteúdos estejam prontos para poderem ter uma circulação. A princípio, serão exibidos na TV Brasil e em todo o campo público de comunicação. Essas obras são destinadas a todas as janelas de TVs comunitárias, TVs legislati-

vas, culturais, educativas. E, posteriormente, as licenças passam a ser comercializadas pelos produtores, porque, afinal de contas, esse é um edital feito com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual. Então, essas obras não pertencem à EBC, elas são escolhidas pela EBC. A EBC comissiona essas obras, o fundo financia e elas têm uma vida longa que gera recursos para o fundo, inclusive.

**- Foi pensada a divisão entre regiões, Norte, Nordeste, Centro-Oeste em especial? E de que forma também esse programa garante a diversidade cultural e regional nessas produções que serão beneficiadas?**

- A questão da regionalidade é um compromisso da TV pública, mostrar, exibir, televisionar a diversidade brasileira, os múltiplos sotaques, as diversas regiões, a riqueza da nossa paisagem, da nossa cultura, do nosso povo. Então, para garantir que tenhamos essa riqueza na nossa programação, trazemos as cotas regionais, porque, dessa maneira, o edital, a TV pública, mantém a sua vocação de televisionar a nossa regionalidade.

**- Fico muito curioso ao ver esse trabalho todo, tentando entender: como você conseguiu, tendo tido uma herança complicada, fazer da TV Brasil, trazê-la a um destaque, digamos, mainstream? Tirá-la do nicho da TV educativa, do nicho de “só assiste quem é cult, só assiste quem está ligado”. E hoje é uma TV que viraliza nas redes, algo que a Globo ou as outras emissoras monopolizavam com realities, novelas. E com um conteúdo muito interessante, como, por exemplo, os programas do Demori, o Sem Censura. Imagino que não tenha sido tarefa fácil encontrar a terra arrasada e fazer frutificar tão rapidamente. Queria que você**

**falasse um pouco desse processo.**

- Obrigada pela pergunta, e obrigada pelos elogios. Quando chegamos aqui, realmente, o cenário era de terra arrasada. Para vocês terem ideia, o canal da TV pública, portanto, a TV Brasil, estava fundido com a TV governamental. Então, acontecia aquela coisa escalafobética, que era você estar assistindo a uma programação e, de repente, é interrompida para o Bolsonaro fazer uma live com embaixadores para falar de urnas eletrônicas. A programação era interrompida no meio da TV Brasil Animada para exibir uma transmissão de governo. Ou seja, são conteúdos que, eventualmente, quem está assistindo não tem ferramentas para elaborar do que se trata. Foi uma atuação que considero muito grave essa fusão. A empresa passou por um processo muito grande de assédio institucional. Outros órgãos de Estado também passaram por esse tipo de processo, como a Funai, o próprio Ministério da Saúde e o Ministério da Cultura. A EBC também passou por isso. Não à toa, está citada no processo que levou à inexistência do ex-presidente Bolsonaro, porque foi utilizada como uma ferramenta de comunicação para o surgimento do golpe. Estamos falando de um golpe que tenta ser dado entre o final de 2022 e 2023, mas começa a ser urdido em 2021, e a EBC foi um instrumento desse trabalho. Essa deturpação da missão institucional da EBC causou inúmeros danos à empresa e danos de saúde mental nas pessoas. As pessoas fizeram concurso para fazer comunicação pública, não para fazer propaganda de governo, embora seja sempre bom frisar que a EBC tem no seu estatuto, na sua lei de fundação, a atribuição de fazer a comunicação governamental, o que é absolutamente legítimo que seja feito. Assim como o Judiciário

tem seu canal, o Executivo também tem de ter, mas ele deve ser separado da comunicação pública. Então, a primeira coisa que fizemos, e para fazer essa primeira coisa foram quase seis meses, foi separar a comunicação governamental da comunicação pública. Isso significou o quê? Basicamente, criar dois canais. E esse canal, essa TV Brasil distorcida, digamos assim, da sua missão, assediada institucionalmente, como eu gosto de falar, foi muito bem sucedida em veicular o que chamo de um imaginário retro-utópico bol-

## **“Conteúdo nacional forte reduz dependência de séries estrangeiras”**

sonarista. Você tinha todas as tardes filmes retrô que tinham todo um ideário de Brasil do passado, com mensagens racistas, mensagens misóginas, então tinha aquele sentimento nostálgico que o governo anterior emitia... quem esquece da então secretária de Cultura, Regina Duarte, falando que Bolsonaro lembra o pai dela, a Fazenda? Então, essa TV Brasil distorcida expressava isso de uma maneira muito eficaz. Quando assumimos, não só separamos os canais, como também, digamos assim, precisamos atualizar esse

imaginário sem, no entanto, deixar de dialogar com o público que ali estava. Essa foi uma virada muito importante, porque um canal de televisão constitui uma audiência de maneira muito regular. Você não pode dar um cavalo de pau! Em grande medida, até demos, mas foi conseguindo conciliar e atrair o público, manter uma parte do público, perdemos outra parte, mas conseguimos atrair também. Trabalhamos guiados por três princípios estratégicos: o primeiro deles foi fazer da TV Brasil um canal que exiba o conteúdo de produção audiovisual independente brasileira. Fizemos isso comprando licenças de conteúdos, mas também trabalhando em enorme articulação com o Ministério da Cultura, sobretudo, na forma do edital de que falamos agora, de uma resolução que foi emitida pelo Ancine, o Comitê Gestor do Fundo Setorial, que nos passou inúmeras obras, recompondo produtos de TVs públicas que haviam sido censurados na gestão anterior, embora tivessem sido pagos. Havia R\$ 70 milhões sendo desperdiçados, dinheiro público. Nós fomos atrás desses produtores para retomar, para dizer: queridos, vamos exibir essas obras, mandem essas obras! Trabalhamos uma enorme articulação com as secretarias de Cultura dos Estados, por meio da Lei Paulo Gustavo. Criamos uma rubrica Paga pela Paulo Gustavo para licenciamento, na qual recebemos como contrapartida os conteúdos para serem exibidos na TV Brasil. Captamos R \$ 18 milhões em conteúdo, foram 73 obras de todo o Brasil. Esse trabalho foi de articulação política, criando alternativas, porque o recurso continuou o mesmo. Você faz um canal, cria dois canais, mas o dinheiro não aumenta. Nesse trabalho de articulação, captamos em conteúdo R\$ 284 milhões. Esse conteúdo recheia a nossa grade e já exibe



essa diversidade brasileira. Decidimos também investir nas produções próprias, porque acreditei que elas nos trariam relevância. Conseguir, como você disse aqui na pergunta, estar nas conversas, estar nas redes sociais, fazer uma disputa de valores na sociedade. Investimos na nossa produção própria, no programa de literatura apresentado por uma escritora intelectual negra, que é a Eliana Alves Cruz, o único programa de literatura da TV Aberta, no Samba na Gamboa, apresentado pela sambista negra Teresa Cristina, no Xodó de Cozinha, que é um programa de culinária popular, apresentado pela chefe sergipana Regina Tchelly. Estou dando alguns exemplos de programas para chegar no Demori, o DR com Demori, que você citou, apresentado pelo jornalista Leandro Demori, como um programa de entrevistas de maior profundidade, e o nosso carro chefe, o Sem Censura, que é um programa histórico da TV Brasil, que refizemos, do ponto de

vista de formato, voltamos como bebê na fonte do programa, trouxemos a Cissa Guimarães para o centro daquela roda e recriamos o programa nessa temporada que tem conseguido sucessos muito expressivos de visualizações e engajamento público nas redes sociais, que virou meme inúmeras vezes. E esse é o nosso carro chefe total. Ele ocupa duas horas das tardes da TV Brasil, mais duas horas à noite. Quando ele é exibido à noite, nos inspiramos no Jô Soares, no Onze e Meia, então tem uma reprise do Sem Censura, às Onze e Meia, para quem gosta de um debate mais interessante, de ideias que dialogam com esse sentimento que está muito colocado na TV brasileira, que dá a volta de um lugar de conforto, mas, ao mesmo tempo, trazendo debates muito atuais. Tudo isso que conseguimos, e aí, só para não deixar de dizer, o terceiro pilar do nosso trabalho de conteúdo foi a busca por resultado, por audiência. Como se faz isso? Trazendo a no-

vela turca, que é um hit no mundo todo, pela primeira vez no Brasil, para ser exibida na TV aberta, ou seja, investindo nas novelas e investindo no futebol, no esporte. Então, fizemos o padrão do que o brasileiro gosta, e esse conjunto de ações é o que faz com que hoje a TV Brasil esteja no quinto lugar da audiência na TV aberta. Isso é uma informação muito importante.

**- De que forma a sua experiência pessoal, o seu feminismo, a sua trajetória como produtora, roteirista, influenciou para atingir esse lugar tão importante com a TV Brasil num espaço tão curto de tempo?**

- Olha, quando se chega aos lugares, você chega trazendo toda a vida, vem com a mala completa. Eu tenho mais de 25 anos de trabalho no âmbito visual, trabalhei como roteirista por muitos anos, roteirista de novela, de séries, e sempre fui uma pessoa da televisão. Sempre tive como objeti-

vo trabalhar em televisão, justamente porque a televisão dialoga com um público muito amplo e que muitas vezes não tem recurso para estar num cinema, num teatro, e o maior acesso à cultura que ele tem é à TV aberta. Então, sou muito feliz estando numa TV pública, porque eu acho que ela pública carrega essa missão que é o que me emociona em relação à TV aberta. Então, trazemos esse olhar. Eu faço questão de citar Maria Augusta Ramos, que está aqui comigo, que é gerente executiva de conteúdo, Alice Lanari, o Zeca Buarque, pessoas que trouxemos, que são do mercado e que aceitaram essa missão de fazer comunicação pública depois do desastre que encontramos. O nosso norte para tudo que se fez foi: fazer um bom básico, porque às vezes você quer inventar roda e, na situação que temos aqui, do ponto de vista de recursos, não tem como inventar a roda. Você tem que fazer um bom básico, ser criativo, saber usar os recursos que tem e fazer deles o melhor possível. E aí estou falando de recursos humanos e tecnológicos. Entender quem são as pessoas, colocá-las na zona de brilho, onde possam chegar ao seu melhor, porque aqui tem servidores extremamente qualificados. Pegar a luz e falar: gente, vamos iluminar de um outro jeito, vamos usar a mesma câmera, mas vamos fazer de um outro jeito, vamos fazer de um jeito que tenha mais qualidade.

Quando chegamos, os estúdios estavam assim, assoreados, eram pistas de skate, as câmeras tinham que ficar amarradas. Não dá para trabalhar assim, primeiro, porque tem uma questão que é a técnica. E, nesse assoreamento, acontece um processo de afundamento da autoestima das pessoas. Trouxe muito uma dimensão de gestão de pessoas, porque, além do meu repertório do audiovisual, eu também fiz um mestrado em

administração pública e trabalhei muito com essas ferramentas para poder estar aqui. Então, fizemos um trabalho de qualificação do conteúdo, da pauta, do roteiro, de qualificação conceitual. Criamos uma cadeia de fazer conceitual da marca, a paleta de cores do programa, a identidade visual, a trilha, recriamos uma gerência de música. A EBC não tinha gerência de música, as trilhas eram brancas do YouTube. O jornalismo também se qualificou muito com a entrada da Cidinha, com os novos âncoras e editores-che-

## “Diversidade na TV não é moda, é reparação histórica”

fes. Fomos fazendo um trabalho muito aguerrido com os recursos que tínhamos, mas com um time absolutamente comprometido em fazer uma comunicação pública de qualidade. E, realmente, eu tenho muito orgulho em dizer que, embora o presidente Lula esteja pedindo colheita para este ano, a nossa colheita já começou há um ano.

**- Uma questão que foi levantada recentemente por pesquisadores do audiovisual é sobre o acervo da TV Brasil. Existe um**

**acervo vasto - não sei em que condições esse acervo está, em que condições vocês encontraram esse acervo - mas muitos reclamam que há dificuldade de licenciar material, que só se consegue acessar o acervo, mas não licenciar. Existe algum plano, vocês estão trabalhando nesse sentido do licenciamento de acervo da TV Brasil para produções externas, ou de fato há um problema com esses direitos conexos de gestões e esse acervo não é licenciável mesmo?**

- Obrigada, estou amando essa entrevista, estou vendo que você sabe tudo da EBC! Estou adorando. Vamos lá, o acervo é um grande capítulo e um capítulo muito importante, porque a EBC tem o acervo da Rádio MEC, centenário. O acervo da Rádio Nacional, que tem as primeiras radionovelas, as primeiras experiências de radionovelas estão lá. A Rádio MEC, para quem não sabe, é a primeira experiência de rádio do Brasil. Era a Rádio Sociedade, que depois se tornou a Rádio MEC. E o acervo de televisão, da antiga TVE e da Radiobrás, que, quando o presidente Lula faz a EBC, todo esse acervo vem para cá. Esse é o conjunto contido no acervo. Aí, um parêntese, só para falar da condição em que encontramos o acervo. Já estava e ainda está, mas temos um plano de trabalho para dar conta disso. O acervo, quando chegamos, estava guardado no Estúdio 1. No Rio de Janeiro, a EBC tem três estúdios, na Gomes Freire, 1, 2 e 3. O acervo está no Estúdio 1 ainda. É uma forma de guardar absolutamente precária, porque, primeiro, um estúdio não é um espaço idealizado para guardar um acervo. Ele é um espaço para ser um estúdio. Um acervo demanda uma certa experiência de ambiente que também não está adequado. Como contei, fizemos a obra, no Estúdio 3, que é enorme, depois, o Estúdio 2 e,



para este ano, faremos o Estúdio 1. Há um plano de trabalho para o acervo que é, primeiro, a guarda física dele, que precisa estar mais adequada.

Esse é um primeiro ponto que ainda está em processo de trabalho. O segundo ponto é que encontramos as planilhas de valoração do licenciamento completamente distorcidas e fora da realidade praticada no mercado. Digamos, você vai comprar 2 minutos da Globo, vou inventar aqui, vai pagar R\$ 1.000. Você vai comprar 2 minutos da EBC, pagaria R\$ 10.000. Uma coisa, assim, completamente desproporcional. Uma discrepância bizarra e que inibia o licenciamento. Montamos uma outra forma de calcular o licenciamento para chegar a um valor mais ajustado ao que é praticado no mercado. Embora ainda seja acima do que é praticado no mercado, conseguimos chegar perto, porque também tem parametrizações de ECU etc. Então, você não pode pegar um negócio que custa R\$ 10.000 e dizer que vai custar R\$ 0. Precisa ter um racional que justifique, sem perder o registro do que já foi feito. Hoje, já existe uma valoração muito mais adequada. E, nesse momento, estou justamente travando a outra guerra. Esse também foi um lema que usei aqui para poder conseguir fazer as coisas, que é uma guerra de cada vez. Porque, se você quer tra-

var todas as batalhas, acaba perdendo. Aqui é uma de cada vez. Nesse momento, estou travando a batalha da patrimonialidade, que você mencionou muito acertadamente. Sempre houve, do ponto de vista de gestão, um certo medo com relação à liberação dos conteúdos produzidos na TVE e na Radiobrás. No entanto, a própria EBC sempre usou esses conteúdos, seja na rede social, seja na televisão. Essa é uma questão que, de fato, tem uma margem interpretativa. O acervo da TVE pertence à EBC? Na lei de Fundação diz que sim, que todo o acervo que vem, que foi juntado naquele momento, pertence à EBC, mas há margem para a contestação. Então, a política da Casa sempre foi a política, digamos, mais conservadora. Se tem brecha para a contestação, não podemos liberar. Estou, nesse momento, travando esse debate na diretoria para ver se conseguimos formar um outro entendimento de maior flexibilização e menos conservadorismo para que possamos fazer o acervo circular, porque é uma memória importante, o acervo é vivo na medida em que é visto, em assistido, ouvido, escutado, valorizado, pesquisado, em que ele está disponível. E aí, nesse sentido, tem uma outra batalha, que é digitalização. Essa é uma batalha para a qual também tentamos construir uma série de estratégias, e uma delas,

que eu espero ter uma notícia boa para dar, é uma estratégia que estamos construindo junto ao FDD, o Fundo dos Direitos do Consumidor, cujo presidente é o advogado Wadih Damous, que é o secretário da Senacon. Ele entendeu o nosso pleito, levamos a proposta de digitalizar o acervo da Rádio MEC, como eu falei, é a primeira experiência de rádio do Brasil. A Rádio MEC fez 100 anos em 2023. Tivemos uma série de eventos dessa efeméride e construímos esse projeto de digitalização do acervo da MEC, que é uma parte do acervo da EBC. Então, não resolve o problema todo, mas, como eu falei, uma batalha de cada vez. Eu acho que agora, com a benção do presidente do Comitê, vamos conseguir dar espaço tão importante para essa memória brasileira.

**- A TV Brasil tem planos de lançar editais específicos para jornalistas e produtoras de conteúdo jornalístico?**

- Vamos lá. A diretora de jornalismo é a Cidinha Matos, eu sou a responsável pelo jornalismo, mas eu sou testemunha do trabalho dedicado, aguerrido que ela faz, apaixonada todos os dias ali, e dá o aumento exponencial da qualidade que ela conseguiu imprimir na Agência Brasil, nos veículos, nos jornais, o Jornal da Tarde, o Jornal da Noite, trouxe para o esporte também o jornalismo es-

portivo. Então, acho que em toda a parte da programação que é o jornalismo, e não só na TV Brasil, mas também nos outros veículos, houve uma enorme participação da Rede Nacional de Comunicação Pública. É um jornalismo público composto por essa rede, portanto, está noticiando coisas locais importantes naquele espaço, mas também nacionalmente. Sou uma grande admiradora do trabalho da Cidinha. E, com relação ao edital, ele tem premissas estabelecidas pelo fundo setorial. E o jornalismo, por ter o fazer que é diário, não tem essa concepção de obra fechada, como o fundo demanda. Com o recurso do fundo setorial, não é possível pensar algo nessa linha. Com outro recurso da EBC, acho que é só se conseguirmos aumentar nosso orçamento.

**- Bem rapidamente, essa questão sobre o projeto de lei que está em tramitação na Câmara, para a regulamentação do serviço de streaming. É um projeto, inclusive, de autoria do deputado Paulo Teixeira. Você, que tem essa super experiência como produtora de conteúdo, etc., como é que você vê o futuro e o presente do audiovisual brasileiro, sob a perspectiva de uma regulamentação?**

- A regulamentação é algo absolutamente prioritário na minha visão, no sentido de que você tem um enorme mercado. Porque de dez anos para cá o streaming se tornou um mercado gigantesco no Brasil, irregular, como se fosse um jogo do bicho. É importante que se entenda isso. Todas essas grandes empresas estão atuando como a banquinha do jogo do bicho, porque não são regulamentadas. É disso que se trata, é importante ter essa clareza. As pessoas criticam tanto, mas o paralelo é esse. Então, é importante que essas empresas, que mobili-

zam tantos recursos aqui no Brasil, que recebem tantos recursos em forma de assinatura, porque o mercado brasileiro é um mercado enorme, que essas empresas tenham um compromisso com o fomento à produção brasileira, com a exibição de obras brasileiras, como nos anos 2010 houve a lei de cota de tela, de cota de exibição na TV fechada, na TV paga, e isso foi absolutamente importante para o fomento à produção brasileira. Precisamos travar esse

## “Nosso jornalismo prioriza vozes que o mercado silencia”

debate também olhando para o streaming, que é mais uma janela de exibição apresentada ao nosso público. Acho que isso é primordial, é uma questão de soberania, não é só uma questão de audiovisual. Outros estados ao redor do mundo, que têm na sua indústria audiovisual uma força motora, como a França, por exemplo, fizeram a regulamentação. Então, por que o Brasil não pode fazer, por que as plataformas estão interditando esse debate aqui? Isso é uma coisa que extrapola o audiovisual. E é importante entender o audiovisual dentro da cadeia da economia criativa. E a economia

criativa sendo um dos motores da economia no século XXI. Onde você tem o serviço e a economia criativa, hoje, com 0,5% do PIB, mas pode crescer muito mais do que isso. O consumo de conteúdo aumentou exponencialmente e precisa ter essa regulamentação para garantir a sustentabilidade dessa cadeia e o crescimento dessa nova indústria brasileira baseada na economia criativa, cada vez mais. A cadeia da economia criativa é a que mais emprega jovens até 29 anos e é uma das que mais empregam no primeiro emprego. É uma cadeia que, quando começa uma produção audiovisual, mobiliza outros 68 setores. Há uma mobilização muito grande que o audiovisual produz. Então, temos de olhar como uma ferramenta para o futuro, para o presente e para o futuro econômico do Brasil.

**- Para encerrar, uma última pergunta: o que é que vem por aí?**

- Acabou de estreiar a segunda temporada do Sem Censura. Começamos na semana passada. Então, vem por aí um ano de muito trabalho dedicado para trazer nossos artistas, falar de serviços, inclusive fornecidos pelo governo, fazer o debate de valores, que é o que fazemos todos os dias ali no Sem Censura. Vem por aí a curadoria deste edital que esperamos conseguir anunciar o resultado até o final do ano. Estamos recebendo inscrições em números avassaladores, e isso é maravilhoso. Estamos muito organizados para rodar esse edital dentro da EBC, que é um passo inovador que. Os outros editais de TV Pública foram rodados fora da EBC. Essa é a primeira vez que a EBC realiza um edital dentro da sua estrutura. Estamos fazendo formação de servidores, criando uma memória para que outros editais possam acontecer no futuro e que essas pessoas se capacitem para tocar esses processos. Então, vem por aí essa grande entrega. ■

# Em menos de um mês, Crédito do Trabalhador já liberou R\$ 2,8 bi para 450 mil pessoas

A nova linha de empréstimo consignado foi anunciada em 12 de março por meio de Medida Provisória

Henrique Nunes

O presidente Lula assinou, em cerimônia realizada no dia 12 de março, a Medida Provisória que cria a linha de crédito consignado “Crédito do Trabalhador”. Com essa medida, profissionais do setor privado poderão utilizar a Carteira de Trabalho Digital para acessar empréstimos mais baratos, com garantia do FGTS.

Menos de um mês após o lançamento, o Crédito do Trabalhador já havia liberado R\$ 2,8 bilhões em empréstimos consignados para 452.445 trabalhadores. No total, foram firmados 453.494 contratos, com parcela média de R\$ 349,20 e prazo médio de 18 meses. O valor médio do crédito concedido por trabalhador foi de R\$ 6.240,57.

Os dados, divulgados pela Dataprev e repassados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram que até o dia 31 de março, mais de R\$ 2,3 bilhões já haviam sido liberados. Desses, R\$ 402,9 milhões beneficiaram 104.747 trabalhadores com renda

de até dois salários mínimos.

Para trabalhadores com renda entre dois e quatro salários mínimos, foram destinados R\$ 656,9 milhões, atendendo 117.840 pessoas. Aqueles com salários entre quatro e oito salários mínimos contrataram R\$ 472,9 milhões, distribuídos entre 72.678 beneficiários. Por fim, para quem recebe acima de oito salários mínimos, foram liberados R\$ 801,1 milhões, contemplando 76.361 trabalhadores.

Por meio do aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital), o trabalhador tem a opção de requerer a proposta de crédito diretamente com instituições financeiras habilitadas pelo Governo Federal. Para isso, o profissional autoriza o acesso a dados como nome, CPF, margem do salário disponível para consignação e tempo de serviço, sempre em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Após isso, o trabalhador recebe ofertas em até 24h, podendo analisar a melhor opção e fazer a contratação no canal do banco.

“Agora, eles podem ter crédito barato para sair da mão do agiota. Não precisam mais pagar 10% de juros (por mês). Podem escolher

entre bancos privados, bancos públicos. O que cobrar menos, vá lá e faça. Será uma revolução neste país”, afirmou Lula.

O presidente destacou que a intenção do programa não é endividar os brasileiros, mas sim proporcionar oportunidades, tirar os mais vulneráveis dos juros elevados, promover inclusão produtiva e melhorar a qualidade de vida. “O objetivo é usar o empréstimo para comprar algo que melhore nossa capacidade de viver melhor, como melhorar a casa, a educação do filho, a qualidade das roupas. É para isso que usamos o empréstimo, para tentar resolver um problema de saúde ou garantir um tratamento adequado”, afirmou o presidente.

## Acredita

Antes do Crédito do Trabalhador, o governo federal já havia criado outra importante iniciativa: o programa Acredita. Por meio da Lei nº 14.995 de 10 de outubro de 2024, o programa visa facilitar a renegociação de dívidas e oferecer crédito com taxas de juros diferenciadas para pequenos negócios.

O Acredita inclui: o Desenrola Pequenos Negócios, que permitiu a renegociação de dívidas bancárias de MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte com faturamento de até R\$ 4,8 milhões; o ProCred 360, destinado a MEIs e microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil; o microcrédito orientado a inscritos no CadÚnico; e a renegociação de dívidas do Pronampe, além de iniciativas de apoio a empresas com foco sustentável e imobiliário.

A criação do Programa Acredita é fruto de um esforço conjunto entre os ministérios do Empreendedorismo, da Fazenda e do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome, com o objetivo de fortalecer a economia e fomentar os mais de 20 milhões de empreendedores do país. ■

# Governo Tarcísio é denunciado à OEA por morte de senegalês

Denúncia internacional cobra responsabilidade do governador Tarcísio de Freitas e secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, pela execução do ambulante senegalês Ngange Mbaye, destacando retrocessos nas políticas de controle policial e a crescente violência institucionalizada no estado de São Paulo



Da Redação, com Agência PT

O brutal assassinato do ambulante senegalês Ngange Mbaye, executado por um policial militar no centro de São Paulo, foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA. Mais de 70 organizações da sociedade civil e movimentos negros pedem urgência na investigação, exigindo responsabilização do governador Tarcísio de Freitas e do secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite.

A denúncia destaca retrocessos no controle da atividade policial, como a suspensão do uso obrigatório de câmeras corporais em viaturas e agentes da PM, o que, segundo as entidades, favorece a impunidade e aumenta a violência nas abordagens. “A au-

sência desse mecanismo de monitoramento contribui diretamente para a impunidade”, afirmam os movimentos.

A deputada estadual Thainara Faria (SP) se manifestou nas redes sociais, exigindo justiça: “a polícia de Tarcísio fez mais uma vítima”. Mbaye, que tinha uma família com a companheira grávida de sete meses e dois filhos pequenos, foi assassinado enquanto se preparava para um chá de bebê no final de semana. A família aguarda respostas das autoridades, e o advogado Adriano Santos, da Comissão de Segurança Pública da OAB de São Miguel Paulista, afirmou: “Vamos buscar todos os direitos que eles tiverem.”

O caso também mobilizou protestos. No último sábado (12), imigrantes senegaleses e outros grupos realizaram uma manifestação pacífica no Brás, que terminou em repressão policial com o uso de gás lacrimogêneo para disper-

sar a multidão. Moradores da região relatam um clima de medo e insegurança após o crime.

Embora se apresente como um gestor técnico, Tarcísio de Freitas adota uma política de segurança autoritária e repressiva, desmontando políticas públicas essenciais, como o monitoramento das ações policiais. Para as entidades, a violência se tornou um projeto do governo, evidenciado pela falta de ações para combater a neopropolítica em curso.

O assassinato de Mbaye precisa ser um marco não apenas para as instituições de direitos humanos, mas também para a sociedade brasileira. A omissão e o silêncio não podem ser respostas à violência. A morte de um trabalhador desarmado e imobilizado exige uma resposta à altura, proporcional à gravidade do crime.

A representação apresentada à OEA em dezembro de 2024 denuncia uma escalada de violência institucional, com ações desproporcionais da Polícia Militar de São Paulo, especialmente contra a população negra, periférica e imigrante. Com a morte de Mbaye, as organizações cobram a responsabilização das autoridades estaduais. O documento afirma: “Este assassinato é mais uma expressão da violência institucionalizada pelas forças de segurança pública de São Paulo, sob o comando do governador Tarcísio de Freitas e do secretário Guilherme Derrite”.



# Plebiscito Popular 2025 é lançado no salão da USP

Organizações lançam Plebiscito Popular sobre jornada 6x1 e taxaço de grandes fortunas, visando ampliar o debate com a classe trabalhadora. A votação popular, agendada para setembro, abordará questões cruciais para a justiça social

Fernanda Otero

**N**a última quinta-feira (10), movimentos sociais, sindicatos e grupos estudantis deram início à campanha do Plebiscito Popular de 2025. A iniciativa busca que a população decida sobre o término da jornada de trabalho 6x1, a diminuição das horas trabalhadas sem redução de salário e a taxaço de quem tem renda superior a R\$ 50 mil, além da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

O lançamento ocorreu na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), no centro da capital paulista. O evento teve início com uma apresentação de jovens do Levante Popular da Juventude,

que abordaram os desafios impostos pela escala 6x1 na vida dos trabalhadores.

A presidenta da UNE, Manuela Mirella, destacou o papel essencial dos estudantes, que também são trabalhadores, na mobilização e luta pela dignidade do povo trabalhador no plebiscito.

Igor Felipe, do MST, enfatizou a importância do Plebiscito Popular 2025 como principal iniciativa unificada das forças progressistas e a necessidade de engajamento ativo dos movimentos populares. Ele também detalhou as três fases do plebiscito e lembrou o uso estratégico desse instrumento em campanhas anteriores.

A Secretária de Movimentos Populares do Partido dos Trabalhadores, Vera Lúcia Barbosa, ressalta a importância da unidade em torno dos temas. Ela avalia que são muitos pontos positivos, e “um deles é que conseguimos

com o tema plebiscito e as três temáticas que abordamos, construir uma unidade das organizações. Fazia tempo que não conseguimos essa sintonia em torno de um tema para mobilizar”, explica

A secretária destaca a construção da dinâmica que já conta com uma executiva nacional das organizações, um segundo ponto a se comemorar. “Fizemos uma grande plenária virtual, com quase 500 pessoas, mas houve uma invasão. Eram mais de mil inscritos, mas a invasão causou esse esvaziamento. Mesmo assim, conseguimos fazer uma plenária muito boa”. Após o lançamento em São Paulo, estão programados outros no Rio de Janeiro e em Brasília,

A mobilização pelo plebiscito vai até a semana da pátria quando acontece o Grito dos Excluídos. “É onde está toda essa harmonização, a mística da soberania nacional, por isso, a data de encerramento é o 7 de setembro, com o envolvimento de todos”. ■



## Arlindo Chinaglia assume a liderança da Maioria na Câmara dos Deputados

O novo líder pretende reforçar o diálogo entre os diferentes blocos políticos e fortalecer a articulação de pautas de interesse nacional no Parlamento

Agência PT

O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) foi indicado pelo Partido dos Trabalhadores, em acordo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e demais partidos, para assumir a liderança da Maioria na Casa. Parlamentar experiente, Chinaglia já ocupou a presidência da Câmara entre 2007

e 2009, foi líder dos governos Lula e Dilma, além de líder do PT na Câmara. Atualmente, preside o Parlamento do Mercosul (Parlasul).

A Maioria na Câmara é composta pelos partidos que estão alinhados ao governo do presidente Lula. Com essa indicação, o Partido dos Trabalhadores assume mais uma liderança importante e estratégica.

Chinaglia pretende reforçar o diálogo entre os diferentes blocos políticos e fortalecer a articulação

de pautas de interesse nacional no Parlamento, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

“Vamos trabalhar para aprovar a isenção do Imposto de Renda. Com isso, mais de 10 milhões de brasileiros deixarão de pagar, e apenas 141 mil passarão a contribuir pelo patamar mínimo — ou seja, 0,06% da população. Aqueles que ganham muito mais vão contribuir um pouco a mais, para que quem ganha bem menos não pague nada. É uma questão de justiça”, avalia Chinaglia. ■



Inscrições abertas

CURSO

# Revisitando a História do Brasil: *debates e embates*

Curadora: Dulce Pandolfi

formação **FPA**  
Fundação Perseu Abramo

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# Curso gratuito online revisita história do Brasil

# Iniciativa da Fundação Perseu Abramo terá palestras de acadêmicos e de pesquisadores renomados; aula magna será proferida pela imortal da ABL, Lilia Schwarcz, que é professora da USP

**A** Fundação Perseu Abramo, por meio de sua diretoria de Formação, está com inscrições abertas para o curso gratuito online “Revisitando a história do Brasil: debates e embates”. A aula magna, na quinta-feira, 8 de maio, às 18 horas, intitulada “Brasil: uma biografia”, será ministrada pela antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, que é imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) e professora da Universidade de São Paulo (USP). A aula estará disponível no canal Youtube da FPA.

Com curadoria da professora Dulce Pandolfi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a iniciativa, com direito a certificado, promoverá catorze aulas gravadas com acadêmicos e pesquisadores renomados de diversas instituições de ensino superior.

O curso, dividido em três módulos e com duração até 7 de agosto, vai tratar de temas como o sistema escravista, os povos originários, as revoltas no período colonial e durante o Império, o coronelismo, a Revolução de 1930, a era Vargas, os conflitos rurais e urbanos, o golpe de 1964, a ditadura militar, a transição democrática, o neoliberalismo e a crise das esquerdas, além do bolsonarismo e do lulismo.

“Iremos promover uma jornada fascinante pela história brasileira, abordando de forma crítica

e panorâmica mais de quinhentos anos de nossa trajetória. Exploraremos eventos, lutas e desafios que marcaram nosso passado, questionando as visões tradicionais sobre a ideia de um país pacífico e igualitário. Para isso, vamos tratar da formação da nação no período colonial indo até os debates contemporâneos sobre democracia, autoritarismo e desigualdade. Assim, propomos uma reflexão profunda dos fatores que moldaram e continuam moldando nossa sociedade”, afirma o diretor de Formação da Fundação Perseu Abramo, Jorge Bittar.

## Inscrição e programação

As pessoas interessadas em participar do curso “Revisitando a história do Brasil: debates e embates” devem fazer a [inscrição antecipada neste link](#).

A programação completa de cada uma das catorze aulas, listadas a seguir, também está disponível no mesmo endereço eletrônico.

**8/5** – Aula magna “Brasil: uma biografia”, com Lilia Schwarcz (ABL/Universidade de São Paulo – USP).

## Módulo I: Da Coroa portuguesa à Coroa brasileira

**15/5** – Funcionamento do sistema escravista na América Portuguesa, com Ynaê Lopes da Silva (Universidade Federal Fluminense – UFF).

**22/5** – Os povos indígenas e a construção do Brasil, com Vânia Losada (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/Universidade de Brasília – UnB).

**29/5** – Ideias e revoltas republicanas na Colônia e no Império, com Heloísa Starling (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG).

**5/6** – Escravidão e cidadania no Brasil monárquico, com Hebe Mattos (UFF/Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF).

## Módulo II: Da República dos coronéis à ditadura dos generais

**12/6** – Da República dos “coronéis” à Revolução de 30, com Cláudia Viscardi (UFJF).

**19/6** – A Era Vargas e o pacto trabalhista, com Angela de Castro Gomes (UFF/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO).

**26/6** – O experimento democrático: conflitos rurais e urbanos, com Mário Grynszpan (UFF).

**3/7** – O governo Jango, as reformas de base e o golpe de 64, com Dulce Pandolfi (UFRJ).

## Módulo III: Da ditadura à democracia

**10/7** – Os militares no poder, com João Roberto Martins (UFCAR – São Carlos).

**17/7** – Transição democrática: os movimentos sociais e o “novo” sindicalismo, com Paulo Fontes (UFRJ).

**24/7** – A justiça de transição no Brasil, com Angela Moreira da Silva (UFF).

**31/7** – Tempos do neoliberalismo e crise das esquerdas, com Daniel Aarão Reis (UFF).

**7/8** – Aula de encerramento “Bolsonarismo e Lulismo”, com Renato Lessa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio).

# PL da Anistia: uma aberração contra a democracia

“PL da Anistia é obstrução à Justiça e afronta à democracia”

Lindbergh Farias

O Projeto de Lei da Anistia (PL 2858/2022) para beneficiar envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e na conspiração que antecedeu a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília é uma verdadeira aberração. Não pode ser aprovado em hipótese alguma. Na prática, visa centralmente livrar de punição o ex-presidente Jair Bolsonaro, os generais e todos do seu entorno que conspiraram o tempo todo contra a democracia e pela abolição do Estado de Direito.

Tentam usar os vândalos do 8 de janeiro como pretexto para aprovação do PL, mas a verdade é que se trata de um instrumento forjado para Bolsonaro tentar se livrar da cadeia. Uma parte do projeto original, apresentado ainda no final de 2022, diz: “Art. 1º: ficam anistiados manifestantes, caminhoneiros, empresários e todos os que tenham participado de manifestações nas rodovias nacionais, em frente a unidades militares ou em qualquer lugar do território nacional do dia 30 de outubro de 2022 ao dia de entrada em vigor desta Lei.”

O alcance do texto é alarmante. O projeto abrange “crimes políticos ou com estes conexos e elei-

torais” e, de forma ampla, “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. É inacreditável. Foi protocolado um dia após o anúncio da vitória de Lula no segundo turno das eleições presidenciais, deixando evidente que o bolsonarismo queria passar pano no que antecedeu e no que viria em seguida, uma sucessão de graves ações golpistas sob comando de Bolsonaro e seu bando criminoso.

O projeto visa proteger também os mentores da Operação Punhal Verde e Amarelo, articulada para assassinar o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin, e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2022.

Tentam desconstruir, com textos apensados, a denúncia da Procuradoria-Geral da República, já aceita pelo Supremo Tribunal Federal, de que os atos golpistas foram parte de uma trama orquestrada desde 2021, com a participação direta de Bolsonaro, numa sequência de ações antidemocráticas que culminou no 8 de janeiro, uma espécie de último episódio da série.

Mais grave ainda é o artigo 8º do substitutivo, que prevê a extinção dos efeitos cíveis, penais e políticos para os beneficiados pela lei. Está claro: querem derrubar as decisões do Tribunal Superior

Eleitoral em relação à inelegibilidade, tornando Bolsonaro apto a concorrer nas eleições de 2026. Está bem explícito: querem fingir que toda a articulação de Bolsonaro para desacreditar e destruir nosso sistema eleitoral simplesmente não existiu.

Além de tudo, o PL da Anistia é absolutamente inconstitucional, fere cláusulas pétreas da Constituição, como a própria existência do nosso Estado Democrático de Direito. E ainda confronta o STF, criando uma crise institucional gravíssima em nosso país. Configura uma verdadeira obstrução à Justiça, embaraça um julgamento histórico que está apenas começando. Como apreciar uma lei para beneficiar eventualmente alguém que nem foi julgado?

À parte as questões jurídicas e constitucionais, é preciso um olhar retrospectivo sobre nossa história. É imperativo lembrar que, nos 21 anos da ditadura (1964/85), a repressão resultou em 434 mortos e desaparecidos, segundo a Comissão Nacional da Verdade. Há 40 anos pudemos celebrar o fim da ditadura, mas não podemos nos iludir. Os saudosos do regime militar, adoradores da tortura e dos porões da ditadura ainda estão por aí, liderados por Bolsonaro, que sempre foi dessa turma. Por isso, devem ser punidos rigorosamente pelo STF, uma medida profilática para blindar o país contra novos atentados à democracia.

O julgamento dos golpistas no STF é uma oportunidade histórica única para a sociedade brasileira dar um basta a conspiradores e adeptos de ditaduras. É o momento de consolidar a democracia e punir exemplarmente os extremistas de direita que ainda acham poder atuar impunemente contra o Estado de Direito. É #SemAnistia”. ■

Deputado federal (PT-RJ) e líder do partido na Câmara dos Deputados

# Lula: “América Latina e Caribe devem redefinir seu lugar na nova ordem global”

**E**m discurso na abertura da 9ª Reunião da Celac, presidente pregou união e harmonia entre países do bloco para que possam encarar desafios da atualidade

“É imperativo que a América Latina e o Caribe redefinam seu lugar na nova ordem global.” Esse foi o tom do discurso do presidente Lula, nesta quarta-feira (9), durante a abertura da 9ª Reunião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). A cerimônia em Tegucigalpa, capital de Honduras, tratou de temas prioritários para toda a região.

Dirigindo-se aos líderes da Celac, Lula pregou união e harmonia entre os países da América Latina e do Caribe para que possam, juntos, encarar os desafios da atualidade. “Nossa inserção internacional não deve se orientar apenas por interesses defensivos. Precisamos de um programa de ação estruturado em torno de três temas que demandam ação coletiva”, sugeriu.

Em seguida, o petista destrinchou o tripé programático proposto pelo Brasil: fortalecimento da democracia, mudanças climáticas e integração comercial e econômica da Celac.

“Nossos países só estarão segu-

ros se forem capazes de erradicar a fome, gerar bem-estar e garantir oportunidades para todos”, resumi.

O presidente também defendeu a candidatura unificada da região para o cargo de secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU): “A Celac pode contribuir para resgatar a credibilidade da ONU elegendo a primeira mulher secretária-geral da organização”.

## Mudanças climáticas

Em relação às mudanças do clima e à transição ecológica justa e inclusiva como quer o Brasil, Lula ressaltou que, em todo o mundo, a América Latina e o Caribe são dos lugares mais vulneráveis a catástrofes. Ele mencionou a COP 30, prevista para novembro, em Belém, no Pará, e as demandas para que os países ricos cumpram as metas firmadas e arquem com os custos do aquecimento global.

“A COP 30, em pleno coração da Amazônia, não será apenas a COP do Brasil, mas de toda a América Latina e Caribe. Precisamos exigir dos países ricos metas de redução de emissões alinhadas ao Acordo de Paris e de financiamento à altura das necessidades da transição justa”, afirmou.

## Integração econômica da Celac

Depois de abordar o tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mas sem citar o nome do magnata repu-

blicano, Lula convocou os países da Celac a aprofundarem os laços econômicos e comerciais, a fim de evitar que decisões unilaterais venham a prejudicar o bloco.

“Em 2023, o comércio entre países da América Latina e Caribe correspondeu a apenas 14% das exportações da região. O volume de comércio anual que o Brasil mantém com os países da Celac é de US\$ 86 bilhões, maior do que temos com os Estados Unidos e próximo do que possuímos com a União Europeia”, comparou.

O presidente ainda teceu duras críticas ao protecionismo comercial, algo que afeta diretamente o multilateralismo. “Nós queremos o livre comércio, o multilateralismo e uma relação civilizada entre o mundo. Juntos, nós somos muito fortes”, rebateu.

## Relações Brasil-México

Momentos antes de discursar na cerimônia da Celac, Lula se encontrou com a presidenta mexicana, Claudia Sheinbaum, em reunião bilateral. Eles conversaram sobre o estabelecimento de encontros regulares entre empresários de ambos os países. Brasil e México detêm as duas economias mais pujantes da América Latina.

Concluída a agenda em Tegucigalpa, o presidente falou à imprensa sobre o encontro bilateral com Sheinbaum. “É muito importante que o México e o Brasil estejam juntos. Não apenas para ajudar a fortalecer a América Latina, mas para fortalecer o comércio entre os dois países”, argumentou.

“O que eu propus para a presidenta Claudia é que nós precisamos fazer dois grandes eventos empresariais, um no México e um no Brasil, para que os nossos empresários possam prospectar oportunidades de negócios e a gente possa aumentar a nossa relação comercial”, esclareceu Lula. ■

Da Redação, com informações do site do Planalto e Agência Gov



## Acabou a lua de mel com Milei?

Após enfrentar a terceira greve geral em pouco mais de um ano de governo, aumento da inflação e queda na popularidade, o presidente da Argentina, Javier Milei sofre derrotas no congresso e nas ruas

Paulo Pereira

**B**uenos Aires, 15 de abril: A semana começou com tensão e dúvidas nos mercados argentinos e na população com o anúncio do governo em rede nacional sobre o fim das restrições cambiais para a compra de dólares por pessoas físicas. A medida anunciada pelo presidente Javier Milei na sexta-feira (11/4) põe fim ao limite de compra de US\$200 por mês para pessoa física, pela via oficial, após o país selar um novo acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), desta vez de US\$ 20 bilhões. A medida, que não é inédita, também foi tomada pelo ex-presidente Mauricio Macri em 2019, é uma promessa de campanha de Milei, mas o cenário é de dúvidas sobre a desvalorização da moeda e aumento na inflação

para os próximos meses.

O anúncio do fim do “CEPO cambiário” vem de encontro com os números ruins que enfrenta Milei. A aprovação do governo caiu 4 pontos (47% de imagem positiva) e mais da metade tem uma opinião ruim ou muito ruim sobre o presidente. Além disso, 61% não concorda que a Argentina assuma mais dívidas com o Fundo Monetário Internacional.

Os dados mostram a insatisfação da população com o governo de extrema direita: uma rejeição categórica dos cortes nas pensões e aposentadorias; críticas à repressão; evidências de corrupção e da participação do presidente no esquema Libra.

Para 53% da população a inflação não está caindo. 46% dizem que o dólar está subindo muito ou bastante e 64% dizem que a pobreza não está diminuindo. Nada menos que 87,3% dizem que deveria haver um aumento emergencial nos salários dos

aposentados. Essa é uma opinião quase unânime. 61,4% estão preocupados com o desemprego, o que - traduzido - significa que eles têm um forte medo de perder seu emprego atual.

A deterioração também se reflete em termos eleitorais: os cidadãos que dizem que votarão no peronismo já estão em pé de igualdade com aqueles que dizem que apoiarão candidatos libertários. Essa é uma mudança notável na tendência, pois até alguns meses atrás, as listas do partido do presidente “La libertad avanza” prevaleciam. Os argentinos vão às urnas em outubro para renovar um terço do congresso.

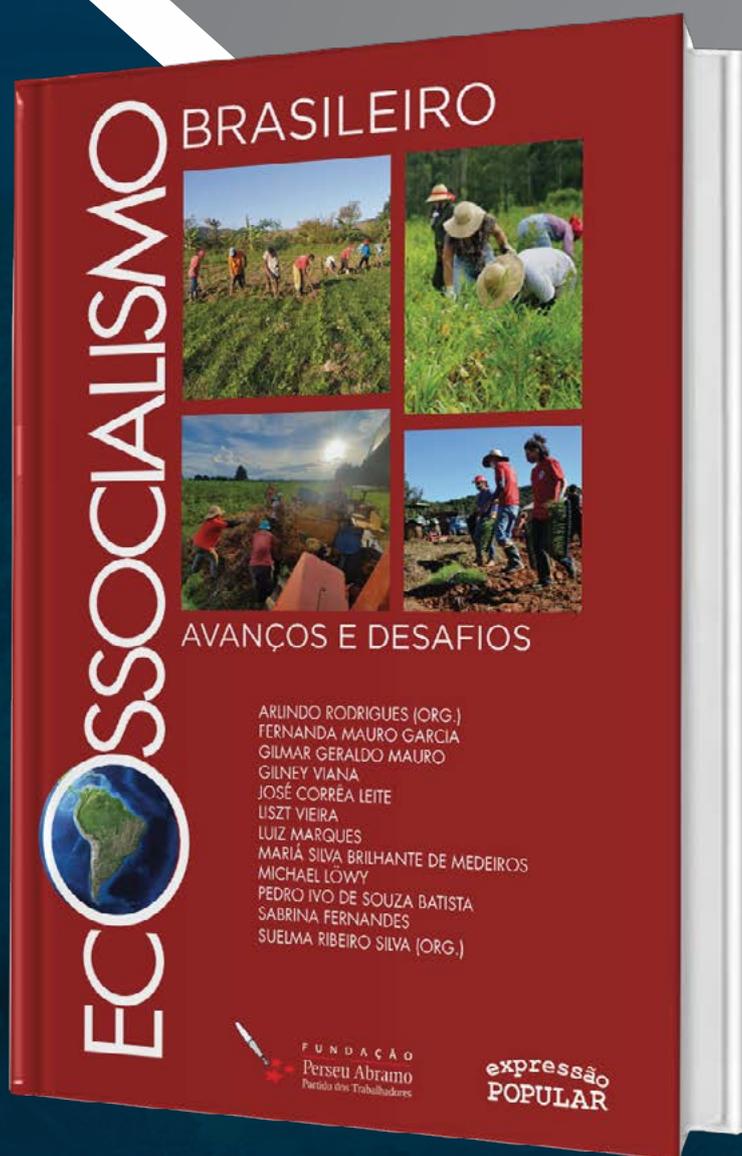
Os números são da pesquisa nacional realizada pela Analogías Consultoria. Foram entrevistados 2.854 cidadãos de todo o país, com entrevistas realizadas por telefones fixos e celulares. ■

\*Paulo Pereira é jornalista formado pela PUC Campinas, reside e atua em

Buenos Aires desde 2013

# SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

[fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios](http://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios)

Edição impressa  
disponível nas  
livrarias ou na loja  
virtual da coeditora,  
**Expressão Popular.**



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

expressão  
POPULAR